

---

<p style="text-align: center;"><b>CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CONSULTA PRÉVIA</b></p>
---

## ÍNDICE

1. Identificação do Procedimento .....	2
2. Objeto do procedimento .....	2
3. Entidade Adjudicante .....	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar .....	2
5. Fundamentação da escolha da consulta prévia .....	2
6. Órgão competente para prestar esclarecimentos .....	2
7. Preço base .....	2
8. Preço da proposta anormalmente baixo .....	2
9. Documentos que constituem a proposta: .....	2
10. Alvará ou Título de registo: .....	3
11. Propostas variantes .....	3
12. Prazo de apresentação da proposta.....	3
13. Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta .....	3
14. Critério de adjudicação .....	3
15. Negociações .....	3
16. Critério de desempate na avaliação das propostas .....	3
17. Caução.....	3
18. Documentos de habilitação .....	3
19. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação.....	4
20. Despesas e encargos para celebração do contrato .....	4
21. Legislação aplicável.....	4
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	5
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP].....	5
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	6
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP].....	6

---

## **1. Identificação do Procedimento**

Consulta prévia n.º 1/2025

## **2. Objeto do procedimento**

Empreitada de pavimentação de arruamentos na União de Freguesias de Casais e Alviobeira - Dejusta a Aboboreiras, Rua da Cascalheira, Rua Manuel de Freitas e Travessa do Lugar de Ganados

## **3. Entidade Adjudicante**

União das Freguesias de Casais e Alviobeira  
NIPC 510 835 783  
Telefone: 968 034 985  
Email: uniaocasaisalviobeira@gmail.com

## **4. Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar e de autorização da despesa foi tomada por deliberação na União de Freguesias de Casais e Alviobeira, em 27 de janeiro de 2025.

## **5. Fundamentação da escolha da consulta prévia**

Critério do valor definido no artigo 19.º, al. c), do CCP.

## **6. Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Júri.

## **7. Preço base**

89.000,00€, não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

## **8. Preço da proposta anormalmente baixo**

Não se aplica.

## **9. Documentos que constituem a proposta:**

- a. Declaração emitida conforme modelo Anexo I;
- b. Documentos conforme previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- c. Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstos no projeto de execução, que não devem incluir o IVA;
- d. Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361º do CCP;
- e. Cronograma financeiro, de acordo com a alínea c) do nº 2 do artigo 57º do CCP.

---

**10. Alvará ou Título de registo:**

---

2ª Categoria - Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas

1.ª - Vias de circulação rodoviária

---

**11. Propostas variantes**

---

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de propostas variantes.

---

**12. Prazo de apresentação da proposta**

---

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser entregues **até às 17:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2025.**

---

**13. Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta**

---

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

---

**14. Critério de adjudicação**

---

O critério da proposta economicamente mais vantajosa tendo em conta os seguintes fatores:

- Preço

---

**15. Negociações**

---

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

---

**16. Critério de desempate na avaliação das propostas**

---

Sorteio.

---

**17. Caução**

---

Não será exigível a prestação de caução.

---

**18. Documentos de habilitação**

---

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do Convite;
2. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontram nas situações previstas nas alíneas d) e e) do art.º 55.º do CCP;
3. Certificado do registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a

---

comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

4. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online;
5. Alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas emitido pelo IMPIC, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar.
6. Para efeitos de comprovação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode socorrer-se dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

---

#### **19. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação**

---

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de 2 dias.
3. A audiência prévia do adjudicatário relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 5 dias.
4. O incumprimento da entrega dos referidos documentos, no prazo fixado, pode constituir contra-ordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do CCP.

---

#### **20. Despesas e encargos para celebração do contrato**

---

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

---

#### **21. Legislação aplicável**

---

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), na sua atual redação e restante legislação aplicável.

---

## ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro

aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (⁴)].

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

---

## ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(5)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(6)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(7)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(8)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de

privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(9)</sup>].

---

<sup>5</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>6</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>7</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>8</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>9</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º